

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.356 - GO (2019/0358291-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : MARISCLEIA NASCIMENTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : PEDRO JOSÉ TELES - GO014526  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MARISCLEIA NASCIMENTO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás proferido no HC n. 5578188.72.2019.8.09.0000.

Infere-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 3/8/2019, por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de drogas). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada com a manutenção da constrição cautelar, a defesa impetrou *writ* perante o Tribunal *a quo*, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. ART. 312 DO CPP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*Mantém-se a prisão preventiva se fundamentada de forma idônea, na necessidade de garantir a ordem pública, à luz do artigo 312 do CPP, dada a gravidade concreta da ação delitiva, notadamente em vista das circunstâncias da prisão e da quantidade de droga apreendida. Inadequação e insuficiência das medidas cautelares alternativas. Constrangimento ilegal não configurado. ORDEM DENEGADA (fl. 181).*

No presente recurso, sustenta que a custódia cautelar foi baseada na gravidade abstrata do delito e ressalta que não pode ser decretada a custódia cautelar apenas fundamentada na quantidade de drogas (37 quilos).

Alega que deveria ter sido aplicada uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal e que não estão presentes as hipóteses previstas no art. 312 do Código de Processo Penal que autorizam a prisão.

Pleiteia, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares (art. 319 CPP).

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator